
Judiciário Federal de SP paralisa atividades por 48 h

Os servidores do Judiciário Federal de São Paulo devem paralisar suas atividades, na terça e quarta-feira (23 e 24/4), como parte da mobilização nacional pela aprovação do projeto do Plano de Cargos e Salários da categoria.

Durante a manhã de terça-feira, os servidores vão permanecer em frente aos seus respectivos locais de trabalho. À tarde, será feita uma manifestação conjunta em frente ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Na quarta-feira, será feita uma assembléia geral unificada – também em frente ao TRE-SP – para definir os rumos da mobilização.

Os servidores do Judiciário Federal já têm aprovado indicativo de greve por tempo indeterminado a partir do dia 6 de maio, em todo o país, caso as negociações sobre o projeto não avancem.

Na avaliação dos diretores da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) e do Sintrajud, a aprovação do PCS depende apenas da vontade política do governo federal e do Congresso Nacional. O projeto não extrapola os limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo as entidades.

“O governo socorre os bancos falidos e as empresas privadas há sete anos. Só para os salários dos servidores e investimentos no serviço público para melhor atender à população é que não tem dinheiro”, afirma Ana Luiza de Figueiredo Gomes, diretora da Fenajufe e do Sintrajud.

Cidades do interior como Piracicaba, Santos e Ribeirão Preto já decidiram aderir à paralisação. As demais ainda fazem assembléias.

Protesto unificado

Na terça-feira, será feito um ato conjunto dos servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União, na rua Peixoto Gomide. A manifestação servirá para reivindicar o PCS das duas categorias. O PCS do MPU também está tramitando na Câmara dos Deputados.

Date Created

22/04/2002